



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Beatriz Gomes Dias
Bloco de Esquerda

Exmo. Sr.
Dr. Carlos Moedas
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

REQUERIMENTO

Considerando que:

- a) A empresa Ronsecur, Rondas e Segurança, Lda. presta serviços de vigilância em vários edifícios municipais, desde 2018, no seguimento de um concurso público lançado, para o efeito, pela Câmara Municipal de Lisboa (CML). A esta prestação de serviços estavam associados valores globais que ultrapassam os 6 milhões de euros para um período de 24 meses;
- b) O contrato de prestação de serviços foi renovado, em 2020, desta feita, por ajuste direito, com um valor global que ultrapassa os 3 milhões de euros, para um período de 12 meses, uma vez que a execução do novo concurso lançado pela CML, e em que a Ronsecur foi novamente a empresa adjudicatária de 3 lotes, se encontra suspenso;
- c) Teve o Bloco de Esquerda conhecimento que esta empresa, Ronsecur, é acusada de cometer vários abusos laborais e as situações que têm vindo a ser denunciadas apresentam como elemento comum o desrespeito do horário de trabalho, previsto na lei e no contrato coletivo;
- d) A adjudicatária do concurso lançado pela CML, em 2018, impõe sistematicamente horários abusivos a todos os trabalhadores, forçando cerca de 20 horas a mais mensalmente (em vez das 173,3 horas/mês, 192 ou 196 horas/mês). Isto significa, em regra, trabalhar sábados, sem qualquer acréscimo de salário;
- e) Além dos horários abusivos, os trabalhadores são sujeitos a más condições de trabalho, estando em causa o seu direito a pausas e ao período de refeição. São



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Beatriz Gomes Dias
Bloco de Esquerda

relatadas situações, nos serviços da CML, em que os vigilantes são pressionados a permanecer sempre nos seus postos, sem substituição, impedindo mesmo as idas à casa de banho e forçando pausas curtas para a refeição;

- f) Quando os trabalhadores questionam a empresa, a Ronsecur segue uma conduta de retaliação, ameaçando de despedimento quem não aceita o horário abusivo;
- g) De acordo com a denúncia que chegou ao conhecimento do Bloco de Esquerda foi o que aconteceu, recentemente, com uma trabalhadora que exerce funções num dos edifícios municipais e que foi impedida de ocupar o seu posto de trabalho como retaliação pela não aceitação da escala de horário ilegal que a Ronsecur lhe queria impor. Por essa razão, a trabalhadora foi “convidada” a assinar a sua carta de despedimento, redigida pela própria empresa. Perante a sua recusa, a adjudicatária, Ronsecur, decidiu unilateralmente colocá-la em período de férias, sem nenhum documento escrito a comprová-lo;
- h) A Vereadora Beatriz Gomes Dias, na sua intervenção final, na reunião pública do passado dia 26/11, questionou o Presidente da CML, Carlos Moedas, dando nota dos abusos laborais praticados pela Ronsecur;
- i) A conduta da Ronsecur consituiu uma violação flagrante dos direitos destes trabalhadores, com a qual a CML não pode ser complacente. A CML tem a responsabilidade e deve assegurar imediatamente que a empresa que contratou respeita a lei e os direitos laborais ou não pode manter esta empresa ao seu serviço;
- j) Importa ainda acrescentar que, a par de outras empresas de vigilância privada, a Ronsecur tem sido notícia pelas piores razões, tentando recorrer a artifícios para não reconhecer que existe transmissão de estabelecimento e para não garantir os direitos dos seus trabalhadores;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Beatriz Gomes Dias
Bloco de Esquerda

k) É fundamental travar estas situações de abuso e de incumprimento, sob pena de serem causados prejuízos irreparáveis a estes trabalhadores.

Assim, a Vereadora do Bloco de Esquerda na Câmara Municipal de Lisboa, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como ao abrigo do disposto no art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 24/98 de 26 de maio, vêm requerer a V. Ex.^a. que se digne a prestar as seguintes informações:

1. Perante a situação de abusos laborais denunciada pelo Bloco de Esquerda, na sequência também do compromisso assumido de apuramento desta realidade, já desenvolveu a CML diligências com vista a confrontar a Ronsecur sobre a sua conduta?
2. Que medidas serão tomadas pela CML para pôr termo a estes abusos laborais? Foi apresentada queixa junto da Autoridade para as Condições do Trabalho?
3. Tem a CML conhecimento de ações inspetivas que tenham sido realizadas à empresa Ronsecur relativas aos postos de trabalho ocupados nos edifícios CML?
4. Pondera a CML fazer cessar o contrato de prestação de serviços celebrado com a empresa Ronsecur, após o conhecimento desta conduta reiterada da Ronsecur de violação dos direitos laborais?

Lisboa, 13 de dezembro de 2021.

A Vereadora


Beatriz Gomes Dias

